



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRO**

**ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL NO
AMBIENTE ESCOLAR**

FRANCISCO LINDOMAR DE LIMA SILVA

**ESTUDO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COM ANÁLISE DE LIVROS
DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO**

REDENÇÃO-CE-BRASIL

2016

FRANCISCO LINDOMAR DE LIMA SILVA

**ESTUDO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COM ANÁLISE DE LIVROS
DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana

REDENÇÃO-CE-BRASIL

2016

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

S578e Silva, Francisco Lindomar de Lima.

Estudo das relações étnico-raciais com análise de livros didáticos do ensino médio. / Francisco Lindomar de Lima Silva. – Redenção, 2016.

36 f.: il.; 30 cm.

Monografia do Curso de Especialização em Política de Igualdade Racial da Diretoria de Educação a Distância da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana.

Inclui referências.

1. Brasil. [Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003]. 2. Cultura afro-brasileira - Estudo e ensino. I. Título.

CDD 344.81077

DEDICATÓRIA

A Deus, que nos criou e foi criativo nesta tarefa. Seu fôlego de vida em mim foi sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

AGRADECIMENTOS

Á Deus, por todas as conquistas realizadas em minha vida.

Aos meus pais e minha querida esposa, por compartilharem todos os momentos bons e ruins, sempre me apoiando e torcendo pelo meu sucesso.

Aos meus professores pelo conhecimento adquirido no decorrer deste curso.

Aos meus amigos e colegas de curso pelas trocas de experiências e Conhecimentos.

E de uma forma geral as pessoas que estão envolvidas diretamente ou Indiretamente na minha vida.

Muito obrigado!

EPÍGRAFE

“Sem identidade, somos um objeto da história, um instrumento utilizado pelos outros, um utensílio. E a identidade é o papel assumido: é como numa peça de teatro em que cada um recebe um papel para desempenhar”.

(Joseph Ki-Zerbo).

RESUMO

O presente trabalho pretende discorrer sobre a aplicabilidade da Lei 10.639/03, de 09 de Janeiro de 2003, torna obrigatória a inserção do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio das escolas brasileiras públicas e particulares. Esta foi uma aquisição do movimento negro que, há muito tempo, lutava por uma valorização das origens étnicas do povo negro brasileiro. Ao analisar alguns livros didáticos, percebe-se que eles têm um déficit de conteúdo que não trás assuntos pertinentes ao estudo da África em seus contextos. O tema proposto para o desenvolvimento da pesquisa, não poderia ser mais adequado para aplicabilidade da lei 10.639/2003, que ao analise do contexto do livro didático em nenhum momento se refere ao estudo da história africana. A única coisa que traz nos paradidáticos são assuntos sobre a África que não condiz em trabalhar o preconceito que seria essencial em sala de aula. Conhecer um pouco da África nos remete a uma viagem histórica onde a cada descoberta, nos proporcionam alguns questionamentos, tais como de que forma viveram homens e mulheres negros no Brasil, percebemos que isso não é claro nos livros didáticos, uma vez que os mesmos não deixa isso em evidência. Esses questionamentos nos deixam inquietos ao imaginar que tais pessoas viram seus planos irem morrendo e deixados para traz, uma vez que não tiveram oportunidades. O objetivo central dessa pesquisa é investigar a aplicabilidade da lei 10.639/2003, que busca dentro de suas normas a obrigatoriedade de garantir a legalidade dos direitos legais com vistas a enfrentar todas as formas de preconceito, racismo e discriminação para garantir o direito de aprender e a igualdade educacional a fim de promover uma sociedade mais justa e solidária.

Palavras chaves: História da África; História e Cultura Afro-brasileira; Contexto do livro didático; valorização do povo negro no Brasil.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the applicability of Law 10.639 / 03 of 09 January 2003 makes it mandatory to insert the teaching of History and Afro-Brazilian Culture in primary education establishments and secondary public and private schools in Brazil. This was an acquisition of the black movement, have long fought for an appreciation of ethical origins of the Brazilian black people. By analyzing some textbooks, it is clear that they have a deficit of content that does not bring matters pertaining to the study of Africa in their contexts. The theme proposed for the development of research, could not be more suitable for applicability of the Law 10.639 / 2003 to the context of the analysis of the textbook at no time refers to the study of African history. The only thing that brings us paradidactic are issues about Africa that does not suit to work the prejudice that would be essential in the classroom. Knowing a bit of Africa leads us to a historical journey where every discovery, provide us with some questions, such as how they lived black men and women in Brazil, we realize that this is not clear in the textbooks, since they do not leave it in evidence. These questions make us restless to imagine that these people saw their plans go dying and left behind, since they do not have opportunities. The main objective of this research is to investigate the applicability of the Law 10.639 / 2003, which seeks in its rules the obligation to ensure the legality of legal rights in order to address all forms of prejudice, racism and discrimination to ensure the right to learn and quality education in order to promote a more just and caring society.

Key words: History of Africa; History and Afro-Brazilian Culture; Context of the textbook; appreciation of black people in Brazil

FRANCISCO LINDOMAR DE LIMA SILVA
ESTUDO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COM ANÁLISE DE LIVROS
DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Subuhana

Aprovado em: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nome
Instituição

Prof. Dr. Nome
Instituição

Prof. Dr. Nome
Instituição

REDENÇÃO-CE-BRASIL
2016

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
A LEI 10.639/03, E OS IMPACTOS NO ENSINO DE HISTÓRIA.....	13
OS IMPACTOS DO ENSINO DA HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS.....	15
A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO MOVIMENTO NEGRO	17
O MOVIMENTO NEGRO NA EDUCAÇÃO	19
UM OLHAR PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO MÉDIO .	21
A IMAGEN DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA	22
O ENSINO RELIGIOSO E A DIVERSIDADE RELIGIOSA	24
IDENTIDADE NEGRA NO AMBIETE ESCOLAR.....	27
RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DO NEGRO.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS.....	33

INTRODUÇÃO

A educação é um ato permanente no sentido de construção de uma sociedade igualitária, mas, no entanto é preciso reconhecer que a prática de racismo e discriminação racial é fortemente empregada nas escolas. No Brasil o racismo se apresenta como um legado do passado e não é possível desvincular o presente com o longo período de quatro séculos de escravidão dos povos africanos.

Admitidas as reponsabilidades é necessário o reconhecimento dos incrementos da educação brasileira no combate o racismo em nossa sociedade, em especial. A inserção da obrigatoriedade do ensino da História da Cultura Afro-brasileira Africana nas escolas de ensino fundamental e médio mediante a publicação da Lei 10.639/03 que institui as bases curriculares para a educação étnico-racial percebe-se o quão é importante para àqueles que um dia já foram e são tão discriminados perante a sociedade que vivemos. A Lei 10.639/03 propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da História e Cultura Afro-brasileira e africana. Por exemplo, os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas.

Entendemos que a história do Brasil se liga à história da África por uma das raízes étnicas formadoras pela miscigenação do povo brasileiro, por isso a relevância em conhecer a história da África que os livros didáticos poucos trazem, ainda mais quando se busca uma identidade, pois se está buscando uma identidade fidedigna e não uma máscara que muitos livros demonstram. O preconceito contra as pessoas por causa da cor da pele, da origem, parentesco e situação social é muito forte ainda em nossos dias. Assim acontece nas escolas mesmo tendo toda uma preparação por parte do corpo docente, isto é, os próprios livros didáticos não trazem a risca a evidência concreta de que o racismo é um crime constante em nossa sociedade.

Conforme destaca Rocha (2006), o parecer CP/CNE Nº 3/2004, que tem como um dos objetivos a regulamentação da Lei 10.639/03, fundamenta-se nos dispositivos da Constituição Federal (Artigos 5, 210, 206, 242, 215, 216) e nos Artigos 26, 26A e 79B, da Lei 9394/96, que tratam do direito a igualdade de condições de vida e de cidadania, do direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira na escola, e do direito ao acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros. O parecer nesta lei representa a valorização da história e da cultura dos afro-brasileiros e dos africanos e o acordo com a educação das relações ético-raciais.

A LEI 10.639/03, E OS IMPACTOS NO ENSINO DE HISTÓRIA

A valorização da História como disciplina central no processo de formação da identidade a partir da década de 1980 resultou no desenvolvimento de inúmeras pesquisas sobre a temática africana no ensino brasileiro.

De acordo com Oliva (2009, p.144), o ensino sobre a história da África no Brasil, até meados da década de 1990, pode ser considerado insignificante, pois o continente africano foi sempre retratado de forma secundária, associado ao período marítimo dos séculos XV e XVI, ao tráfico de escravos, processos do imperialismo e colonialismo no século XIX e da independência dos países africanos, na segunda metade do século XX. A partir de 1996 o ensino de História passa por uma evidente modificação com a entrada em vigor da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996 - Lei nº 9394/96 - e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) da área de História, em 1998, que indicavam uma aproximação, mesmo que frágil, com os estudos africanos.

No artigo 26, § 4º, a LDB, determina que o ensino de História do Brasil nas escolas deveria "levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia". Entre os objetivos específicos desta disciplina, um dos mais relevantes é o que se relaciona à constituição da noção de identidade. Assim, é primordial que o ensino de História estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais. (BRASIL, 1997, p.26).

Para potencializar esse processo, em janeiro de 2003 o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 10.639, que tornou obrigatória a inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos dos estabelecimentos públicos e privados da educação básica. Esta Lei trata-se de uma alteração da Lei 9.394/96, e deve ser compreendida como uma vitória das lutas do movimento negro em prol da educação (GOMES, 2008, p.67).

Desta forma, desde 2003, a LDB passou a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 26-A – da lei 9394/96. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira (BRASIL, 2003).

A Lei nº 10.639/03 incluiu também na LDB o artigo 79-B, o qual determina que “o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ (BRASIL, 2003)”. Nem todas as instituições levam a sério esse dia da Consciência Negra, somente as instituições que são poucas as que adotam a data como um reconhecimento do negro liberto, e ao menos fazem eventos culturais para lembrar a libertação dos afrodescendentes.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB promove eventos para prestigiar a semana que antecede a data, ao dia 20 de novembro que faz menção à consciência negra, a fim de ressaltar as dificuldades que os negros passaram há séculos. Com palestras, teatros, e os demais eventos que acontece nas dependências da Universidade.

OS IMPACTOS DO ENSINO DA HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Ao observar o cotidiano escolar e a forma como os educandos lidam com conceitos discriminatórios, é possível verificar a relevância sobre o quesito raça, racismo e preconceitos tornam-se mais evidentes quando refletimos a respeito do impacto que a discriminação causa ao psicológico das pessoas que são agredidas pela sua cor de pele. O currículo escolar deve levar em consideração a identidade do negro, respeitar seu modo de ver e pensar o mundo, quão a influência cultural africana está presente no dia-a-dia escolar.

Trabalhar com questões ético-raciais culturais com jovens podem trazer resultados significantes, passaram a considerar as diferenças não apenas as vinculadas à cor da pele como algo atual e que não deve induzir à exclusão do meio social.

Segundo Silva;

... quando a criança negra chega á escola, ela traz consigo uma série de indagações em relação ao seu pertencimento racial, à qual a escola irá responder de forma favorável ou não, através de suas práticas pedagógicas, atitudes, posicionamento e até mesmo de seus silêncios.

A criança negra encontra vários desafios ao chegar ao ensino primário, que transtornos e conflitos internos a seguem por toda a vida escola, chegando até mesmo a interferir em sua vida pessoal e social. Educadores e educandos possam junto construir, um conhecimento a partir do estudo sobre a África e o Brasil analisando possibilidade de se integrar as culturais diversas, embasando numa nova concepção de educação, ajustada no respeito e o acesso à igualdade étnica, cultural e racial. Segundo Silva; (p. 03-04):

Atualmente é muito comum ser visto em Bibliotecas Escolares a literatura afro-brasileira, ganhando um espaço de visibilidade social. Este tipo de literatura surge em função das populações afro-descendentes presentes na escola, que, ao longo dos anos, não foi tratada como uma população que detém uma cultura e uma história dignas de valorização e respeito.

O docente carece procurar matérias didáticas para expor em suas aulas que contemple os seguimentos ético-raciais e culturais representados pelos

estudantes, trabalhando a diversidade, a educação para as relações raciais, e construindo novas identidades fundamentadas no conhecimento prévio do outro. O uso da leitura Africana é a melhor opção para a elaboração de novas práticas escolares e uma maneira fácil de construir e ensinar valores culturais.

Para tanto, é necessário se constituir um ambiente educativo, acessível a toda a comunidade escolar, em que se respeita o outro na sua individualidade, em que se oferece a visibilidade a todos, combatendo as discriminações, e buscando a eliminar os preconceitos e são desfeitos os estereótipos, em que estimula a sua autoimagem e autoconfiança positiva, que requer a igualdade étnico-racial pela edificação das distintas formas de exclusão.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO MOVIMENTO NEGRO

Uma das principais contribuições do Movimento Negro é na área da educação escolar, porque a escola, a não ser por iniciativas isoladas, não vem desenvolvendo qualquer trabalho sistemático efetivo de valorização do afrodescendente.

Uma vez que faz parte das responsabilidades da educação escolar a promoção da cidadania social (Boakari, 1994), (Dias, 1997), e estando incluso neste o respeito à diversidade étnico-cultural, diversos autores (Gonçalves, 1987); (Silva A. C., 1995); (Gomes, 2000a) criticam a educação escolar por não fazer o reconhecimento das diferenças individuais e coletivas e de não trabalharem o respeito a essas diferenças e, deste modo, colaborarem para mutilar a herança cultural do negro na sociedade brasileira.

Apesar do trabalho simples da maioria das escolas para sanar esses problemas relativos à cultura e a identidade do educando negro em combate ao racismo, o movimento negro sempre evidenciou o processo de educação formal e informal como responsável por uma inclusão diferenciada e inferior ao negro. **Segundo Paulo Freire;**

Denúncia de uma realidade desumanizante e anúncio de uma realidade em que os homens possam ser mais. Anúncio e denúncia não são, porém, palavras vazias, mas compromisso histórico tenha. Apercepção ingênua ou mágica da realidade da qual resultava a postura fatalista cede seu lugar a uma percepção que é capaz de perceber-se. E porque é capaz de perceber-se enquanto percebe a realidade que lhe parecia em si inexorável, é capaz de objetivá-la. (FREIRE, 1987, p.42-43)

Um pensamento de Freire que dividimos é que não há neutralidade e sempre temos uma posição, ou estamos do lado do opressor ou do oprimido, toda ação é política, então a questão da discriminação e de sua erradicação é uma posição que temos que tomar, é uma atitude que precisamos por em prática, se lutamos por uma sociedade justa, se nossa opção é libertadora, devemos trabalhar pela equidade, pela coexistência com o diferente e não por sua negação.

Podemos ressaltar também o papel da Imprensa Negra ativa e combativa que está sempre presente nos Movimento Negro, que não só divulgava as atividades e abria espaço para a produção literária do afrodescendente, como debatia as questões educacionais, procurando sempre discorrer sobre a importância da educação para que o afrodescendente superasse os seus problemas.

O MOVIMENTO NEGRO NA EDUCAÇÃO

Todas as vezes que se inicia qualquer reflexão sobre a escolarização dos negros no Brasil, o ponto de partida é o irremediável lugar-comum da denúncia. Em outras palavras, o presente, com todas as suas injustiças e mazelas, se afigura como única dimensão histórica do problema. O passado, quando aparece, serve apenas para confirmar tudo aquilo que o presente nos comunica tão vivamente. Por todo o país, depois da abolição da escravatura, diferentes coordenações negras passam a por em práticas diversas iniciativas de alfabetização dos afrodescendentes. Um meio de incluí-los socialmente e torná-los cidadãos.

Art. 1º da lei 9394/96 - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Apesar de evidenciar o maior acesso da população negra à educação, os dados provam que a desigualdade racial nesse setor ainda é grande. Realizada em 2008, a pesquisa investigou o grau de escolaridade dos entrevistados e de seus pais e mães usando a classificação de cor ou raça. As desigualdades raciais na educação é uma realidade que precisa ser reparada com extrema urgência, pois refletem no mercado de trabalho e consequentemente nos rendimentos dos negros. Além da ampliação do acesso a escola dos anos 1990 em diante, as políticas públicas voltadas para a inclusão da população negra garantem o acesso à educação e aumenta a diferença entre essa classe de pais e filhos. A distância de escolaridade entre negros, pardos e os brancos se dá principalmente pelo aumento de oportunidades da população negra, pois há alguns anos os negros tinham pouco ou quase nenhum acesso à educação.

A educação vem se tornando cada vez mais presente na vida de todos, inclusive aos negros. Tendo hoje várias formas de ter acesso ao processo de ensino de qualidade, que antes não era acessível por questões de cores. Diante das políticas públicas têm leis que garantem o acesso as escolas tendo em vista que a diferença de cor não será motivo de não esta em sala de aula.

Existem várias discussões sobre as péssimas condições em que se encontram a população negra no país, e, conseqüentemente, no acesso ao sistema de ensino formal. As leis estão sempre presentes mais são poucos os que as põem em prática ou as seguem.

Os meios de comunicação social estão sempre denunciando a existência do racismo homofobia e dentre outros, ganha destaque em todos os setores da sociedade, com ampla cobertura da mídia escrita, falada e televisiva. O Estado em particular, está mais presente nas escolas, fiscalizando e pondo em prática uma educação que contemple a diversidade étnica e cultural presente nos diferentes espaços educacionais, isto é, uma educação das relações étnico-raciais. Que possa proporcionar os educadores uma relação melhor com os jovens de aceitação e compreensão perante as diversidades culturais.

Algumas das suas reivindicações dos movimentos negros têm sido atendidas, a maior parte no campo educacional, em particular, é de educadores negros que busca a igualdade racial, na construção de uma educação numa perspectiva multicultural e antirracista. Que visa à igualdade entre os negros e brancos. Segundo Barcelos; (1992, p. 55)

Menos alfabetizados, retidos em patamares educacionais mais baixos, poucos negros conseguem chegar à universidade. E tão poucos que sequer são suficientes para serem registrados no gráfico... Um negro com curso superior completo é um "sobrevivente" do sistema educacional e, ademais, enfrentará sistemática discriminação no mercado de trabalho...

A educação, considerada como um dos principais mecanismos de modificar um povo ou sociedade, ainda não está de forma democrática e comprometida estimulando à formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças sociais, seja cultural, étnico racial, religiosa, sexual etc. É na escola que a identidade negra, entre outras, ainda continua sendo construída de forma estereotipada e preconceituosa, minimizando-se a participação e a importância dos negros na concepção do Brasil, ou seja, na política, na economia, nas inserções sociais e na cultura.

UM OLHAR PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ENSINO MÉDIO

As questões étnico-raciais no ensino médio estão presentes lá pela presença dos negros, mas não dada a devida importância dentro do currículo pedagógico das escolas, é possível presenciar a falta de atenção que os livros didáticos trazem ao contextualizar, somente as questões raciais.

A maioria dos negros (a), que tornam a ideologia de causa de tentar reverter às diferenças consideradas naturalizadas são inferiores dentro da escola, por ser uma porcentagem pequena ao se referir à população branca.

Registra-se um número significativo de educadores (a) em que sua maioria é negra (as), que envolvem iniciativas amparando experiências que procuram reverter à lógica quase naturalizada que diferencia, inferioriza e hierarquiza a população negra e pobre que existe na escola. Segundo Cavalleiro (2006);

Existem em grande número, porém, no geral, são iniciativas isoladas que nem sempre têm continuidade ou se tornam visivelmente significativas. Se por um lado o trabalho é importante, por outro, na maioria das vezes, não chega a alterar os silêncios e as práticas racistas e preconceituosas que encontramos na rotina da organização escola.

A expectativa em relação ao amanhã dos jovens é muito incerta, contudo, a escola na vida dessa juventude aparece como um divisor de águas: ainda é uma das alternativas para mantê-los fora de problemas como drogas, violência, prostituição, desmotivação. É um espaço de troca de conhecimentos mútuos e sociabilidade.

A IMAGEN DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Devemos pensar uma análise de livro didático não só como uma mera vigilância do trabalho realizado por seus idealizadores, mas, também, como uma visita às relações entre professor, aluno e livro.

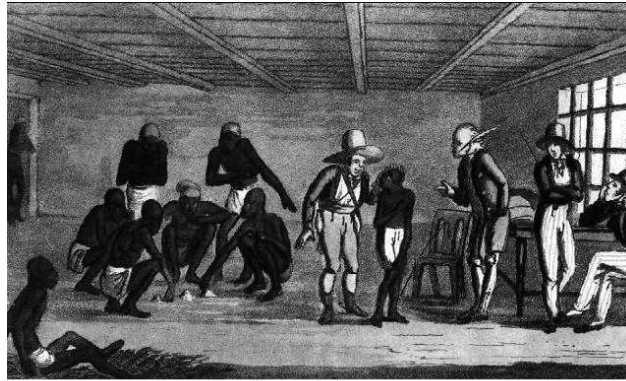
A imagem do negro no livro didático contribui para difundir uma representação negativa desse povo em contraposição à imagem do branco, sempre salutar. Percebe-se, nas entrelinhas dos discursos, a ideologia do branqueamento que marcou a história da elite brasileira. Deixando sempre o negro em evidência de submissão ao branco. O cotidiano brasileiro é povoado de símbolos de negros selvagens e escravos amarrados, que processam e administram o escravismo mental e realizam a tarefa de feitores invisíveis a chicotear a menor rebeldia, o imaginar diferente.



Bateram muito em Celestino.

Fonte: <https://sumidoiro.wordpress.com/category/uncategorized/page/24/>

Observe atentamente a humilhação a que o negro é submetido ao ser torturado em público. Note que existe no canto esquerdo da foto da tela um coronel, representando os senhores de engenho, apenas observando a cena em que um capataz executa atos violentos contra outra pessoa. O capataz procura ferir o homem negro em todas as partes de seu corpo, física e moralmente. Tal ação, ainda é praticada em público para servir como lição para outros negros que a toda hora se rebelava contra tal sistema desumano. Outro mecanismo é a tentativa de se jogar um negro contra o outro ao obrigá-lo a fazer parte do mecanismo de tortura. Os negros eram torturados quando pretendiam ou tentavam fugir das senzalas.



Compra de Escravos

Fonte: <http://stravaqanstravaqanza.blogspot.com.br/2011/02/escravidao-negra.html>

A imagem acima é referente a um mercado de negros. Temos homens brancos e homens negros. Os brancos estão bem vestidos, calçando botas, camisas de manga longa, dois dos três homens brancos usam também chapéus. Um deles examina o rosto de um indivíduo negro, enquanto outro, bem próximo, parece fazer a oferta daquilo que ele analisava ser sua mercadoria. Acompanhando a cena, outro homem branco apenas observa o que se passa entre o vendedor e o comprador. Existe no ambiente, um galpão, apenas uma mesa e uma cadeira, que servem de local para a venda de escravos. Aos negros reservado no chão estão à disposição para serem vendidos para outros senhores de engenho que tenha interesse pela mão de obra escrava.

Os negros ficam em uma posição como que se estivessem coagidos à espera de serem escolhidos a qualquer momento por um dos compradores que os avaliavam. Suas aparências são de homens extremamente magros, a imagem mostra que devia estar debilitado. Chama-nos a atenção para a imagem do homem negro em pé, à direita e no centro da imagem, sua expressão facial é pouco humana, mais lembrando a de um símio; mandíbula larga e caixa craniana pequena em proporção a dos homens brancos.

A primeira constatação que se faz desse excesso de violência, difundido pelo livro didático, refere-se ao fato de o historiador querer denunciar que essa prática foi à predominante que marcou o processo de exploração da mão-de-obra do homem negro por parte do homem branco. Outra comprovação que o livro didático revela é a de que a relação entre os brancos e os negros era intensamente violenta.

O ENSINO RELIGIOSO E A DIVERSIDADE RELIGIOSA

Ao abordarmos o Ensino Religioso tanto no ensino privado, quanto no público o estudo dos eventos religiosos deve ser valorizado como herança cultural e histórica da humanidade, enfatizando as diversas expressões e crenças religiosas.

As crenças religiosas são uma das mais antigas experiências coletivas do ser humano em busca de proteção para a vida e de segurança espiritual diante do fenômeno da morte. Elas estão estreitamente relacionadas com a História e as formas de organização das sociedades que lhe deram origem. O candomblé, que surgiu entre povos africanos, dotados de forte musicalidade, tem na música um importante componente religioso. Era assim que eles manifestavam suas culturas, quando surgia oportunidade deles cultuar suas religiões nas casas de engenho.

Em razão dessa historicidade, as religiões costumam ter preceitos, valores e ritos quase sempre incompreensíveis para quem não conhece a cultura quais fazem aparte. O catolicismo tem sido historicamente a religião majoritária do Brasil, cabendo a outras fés o lugar de religiões minoritárias, mas nem por isso sem importância no quadro das religiões e da cultura, sobretudo no século atual.

Falar em religião na sala de aula há sempre uma especulação, e receio daqueles que tem uma devoção deferente. Quando pensamos em propor um diálogo entre o que nos é familiar e o que nos é estranho, causamos um esforço de trazer antigas questões para outros caminhos, olhares e abordagens.

É necessário fazer um trabalho interdisciplinar envolvendo os estudos das religiões com a História, a Antropologia, a Sociologia e a Arte. Ao identificar a religião como um fenômeno cultural, relacionada com os símbolos que nos identificam desde as práticas tribais mais primitivas às formas ritualísticas mais elaboradas, pode verificar a importância de estudos interdisciplinares nessa área.

O estudo das diferentes religiões pode nos mostrar suas narrativas de origem, desenvolvimento do cosmos, do homem, do tempo e do espaço. Nesse sentido,

Marilena Chauí (2000.p.298) considera que:

A religião não transmuta apenas o espaço, mas também o tempo, dando-lhe a marca do sagrado' afinal o tempo sagrado é uma narrativa...

Ao analisarmos a questão histórica da disciplina de Ensino Religioso é importante destacar que num primeiro momento o A. B. tinha caráter confessional, ou seja, estava ligado a uma religião específica, como por exemplo, ao catolicismo ou às evangélicas, onde nem uns dos indivíduos possam ficar constrangidos quando for trabalhando as religiões em sala. Atualmente devemos acompanhar a pluralidade religiosa que existe em nossa sociedade. E isso nos faz repensar as normas dessa disciplina, seus fundamentos, sua didática, suas metodologias, e seus conteúdos.

Na análise de Durkheim, a religião encontra-se na própria natureza das coisas. Se não fosse assim, a realidade faria uma oposição em que a religião não resistiria.

Todas as crenças religiosas conhecidas, sejam simples ou complexas, apresentam um mesmo caráter comum: supõem uma classificação das coisas, reais ou ideais, que os homens concebem, em duas classes, em dois gêneros opostos, designados geralmente por dois termos distintos que as palavras profano e sagrado traduzem bastante bem. A divisão do mundo em dois domínios que compreendem um, tudo o que é sagrado, outro, tudo o que é profano, tal é o traço distintivo do pensamento religioso: as crenças, os mitos, os gnomos, as lendas, são representações ou sistemas de representações que exprimem a natureza das coisas sagradas, as virtudes e os poderes que lhes são atribuídos, sua história, suas relações mútuas e com as coisas profanas. (Durkheim. 1996. p.19,20)

A organização das religiões negras no Brasil deu-se bastante recentemente. Uma vez que as últimas levas de africanos apresentados para o Novo Mundo durante o período final da escravidão (últimas décadas do século XIX) foram implantadas, sobretudo nas cidades e em ocupações urbanas, os africanos deste período puderam viver no Brasil em maior contato uns com os outros, física e socialmente, com maior mobilidade e, de certo modo, liberdade de movimentos, num processo de interação que não conheceram antes.

A representação religiosa no Brasil de hoje caracteriza-se por processo de conversão complexo e dinâmico, com a inclusão e mesmo criação de algumas novas religiões, às vezes com a passagem do converso por várias possibilidades de adesão. Destas religiões, a umbanda tem sido reiteradamente identificada como sendo a religião brasileira por excelência, pois, nascida no Brasil, ela resulta do encontro de tradições africanas, espíritas e católicas (Camargo, 1961; Concone, 1987; Ortiz, 1978).

A umbanda sempre procurou autenticar-se pelo apagamento de feições herdadas do candomblé, sua matriz negra, especialmente os traços referidos a modelos de expressão e mentalidade que significam a origem tribal e depois escrava. Os espíritos de caboclos e preto-velhos manifestam-se nos corpos dos iniciados durante as cerimônias de transe para dançar e sobre tudo orientar e curar aqueles que procuram por ajuda religiosa para a solução de seus males, assim a umbanda tem uma grande crescente nas nossas regiões. Desde o início as religiões afro-brasileiras se formaram em sincretismo com o catolicismo, e em grau menor com religiões indígenas.

IDENTIDADE NEGRA NO AMBIENTE ESCOLAR

No Brasil, a cor ou raça é autodeclarada: ao responder ao Censo Demográfico ou outras pesquisas, cada um expõe se é preto, pardo, branco, amarelo ou indígena. Essa identificação normalmente se relaciona à cor da pele e a outras distinções físicas, não à ancestralidade. É comum, por exemplo, que um filho de pai ou mãe negra, mas que tem a pele mais clara, se declare branco. Em outros contextos, que não o da pesquisa, assumir a negritude é um ato político: trata-se de tomar para si a história e cultura do grupo, suas raízes, suas lutas.

A escola precise colocar os alunos em contato com os elementos que formam cada grupo étnico brasileiro, para que eles sejam capacitados a compreender a complicação dessas identidades e, assim, se afirmar não apenas pela cor da pele ou do cabelo, mas também por outros elementos, portanto os livros didáticos tragam o apoio de que o negro tenha sua importância para sociedade e, não as gravuras mostradas nos livros dos escravos sendo torturado até a morte. Apesar de os conteúdos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana contemplarem esse esforço, ações específicas sobre a afirmação de cada identidade devem ser empreendidas nas escolas.

O inicial é valorizar os agentes de todas as etnias, proporcionando bons modelos de aspectos afirmativas. Segundo Paola Prandini, fundadora da Afra educação: “Não se trata de vitimizar o negro ou tratá-lo como mocinho enquanto o branco seria o vilão. O papel da escola é mostrar essa identidade racial de maneira afirmativa, desligando-a das imagens que predominam nos meios de comunicação”.

As imagens são comuns em livros didáticos, que mostram africanos escravizados em situações de constrangimento e humilhação, e as representações de filmes e novelas, em que negros ainda não assumem papéis de destaque.

O Educador precisa valorizar personagens negros em diversas funções sociais, aliando artistas, autores e conhecedores de temas africanos e

afrodescendentes no planejamento das aulas. Por esse contato direto os educandos de diversas raças passam a considerar natural a presença de afro-brasileiros em cargos de chefia ou como importantes personagens.

Um grande equívoco a encarar é a afirmativa de que os negros se discriminam entre si e que são racistas também. Esta comprovação tem de ser analisada no quadro de opinião de ideias do branqueamento que divulga a imagem e o sentimento de que as pessoas brancas seriam mais humanas, teriam inteligência superior e, por isso, teriam o direito de conduzir e de dizer o que é bom para todos.

Cabe advertir que, no pós-abolição, foram estabelecidas políticas que visavam ao branqueamento da população pela eliminação figurada e material da apresentação dos negros. Nesse sentido, é possível que pessoas negras sejam induzidas pela ideologia do branqueamento e, assim, tendam a espelhar o preconceito do qual são vítimas. O racismo produz marcas negativas na singularidade dos negros e também na dos que os discriminam.

Novamente um absurdo a superar é a crença de que a discussão sobre a assunto racial se restringe ao Movimento Negro e a estudiosos do tema e não à escola. A escola, enquanto estabelecimento social do ensino é responsável por garantir o direito da educação a todo e qualquer cidadão, precisará se preparar politicamente, para combater, toda e qualquer forma de discriminação. A batalha pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, trabalho de todo e qualquer docente, involuntariamente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou atitude política.

O racismo, segundo o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, Lei nº 8081, de 21.9.1990, que estabelece os crimes e as penas aplicáveis aos atos discriminatórios ou de preconceito de raça, cor, religião, etnia ou procedência nacional, praticados pelos meios de comunicação ou por publicação de qualquer natureza. Aplica-se a todos os cidadãos e instituições, inclusive, à escola.

Ao esclarecer de que o racismo é o mito da democracia racial e a ideia do branqueamento só abrangem os negros. Enquanto ações estruturantes e constituintes do desenvolvimento histórica e social brasileira, estes

permanecem enraizados no imaginário social e atingem negros, brancos e outros grupos étnico-raciais. As formas, os níveis e os resultados desses processos advêm de maneira diferente sobre os diversos sujeitos e inserem distintas dificuldades nos caminhos da vida escolar e social.

Por isso, a construção de táticas educacionais que assinalem ao combate do racismo é um trabalho de todos os educadores, independentemente do seu pertencimento étnico-racial. Para que os educandos sintam-se confortáveis em falar sobre preconceitos raciais diante das aulas de História, e surgindo argumento possam também contribuir nas demais disciplinas.

Dentre os negros, poderão oferecer informações e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão aceitar que identifiquem as influências, a adesão, à participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, especialmente as negras.

Também farão parte de um processo de prestígio, por parte do Estado, da sociedade e da escola, da dívida social que têm em relação ao segmento negro da população, consentindo uma tomada de posição explícita contra o racismo e a discriminação racial e a construção de ações afirmativas nos diversos níveis de ensino da educação brasileira.

Daí a necessidade de se persistir e investir para que os educadores, além de adequada formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas diversidade étnico-raciais, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las.

As instituições de ensino estão sendo atribuída responsabilidade de abolir com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de vigiar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuadas ações de racismo de que são vítimas.

Admitir estas responsabilidades implica compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde esta se depara e a que serve compromisso com a formação de cidadãos influentes e democráticos,

adequados de compreender as relações sociais e étnico-raciais, de que notificam e ajudam a manter e/ou a reelaborar, capazes de entender palavras, fatos e situações a partir de diferentes perspectivas, de realizar em áreas de habilidades que lhes permitam continuar e aprofundar estudos em diferentes níveis de formação.

O Brasil, como é um país multiétnico e pluricultural, de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de expandir seus conhecimentos, sem ser forçados a negar a si mesmos, ao grupo étnico racial a que competem e a adotar culturas, ideias e comportamentos que lhes são adversos.

RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DO NEGRO

O Estado e a sociedade devem adotar medidas para recompensar os descendentes de africanos negros, dos prejuízos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em benefício das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e comunicar na formulação de políticas públicas, no pós-abolição. Dispor-se também a que tais conceitos que se consolidem em iniciativas de acabar com o racismo e a discriminação sofrida na sociedade.

Sem a interferência do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas aparecem sem deixar dúvidas, partirão o sistema meritocrático que afronta as desigualdades e gera injustiça, ao conduzir por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e conservação de privilégios para os sempre privilegiados.

Políticas públicas não voltadas para a educação dos negros precisam oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de obtenção das habilidades e dos conhecimentos tidos como imprescindíveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todas as condições tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão.

A busca por justiça e igualdade de direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como a valorização da diversidade daquilo que caracteriza os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto solicita a transformação nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras.

A demanda também requer que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificadamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que invade a crença de que, se os negros não alcançam os mesmos níveis que os brancos, são por

falta de capacidade ou de interesse, desconsiderando as diversidades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para os negros.

A sociedade precisa valorizar divulgar e respeitar os processos históricos de resistência negros desencadeados pelos africanos escravizados no Brasil e por seus descendentes na contemporaneidade, desde as formas individuais até as coletivas.

Conhecer e determinar a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Constitui buscar, compreender seus valores e lutas, ser afetuoso ao sofrimento causado por tantas formas de desigualdade: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incompetência, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana.

Sugere criar condições para que os estudantes negros não sejam rejeitados em virtude da cor da sua pele, sendo menosprezados em virtude de seus antepassados por terem sido explorados como escravos, não sejam desencorajados de prosseguir nos estudos, de estudar questões que dizem respeito à comunidade negra na sua totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer do estudo pode-se perceber que a escola é uma instituição e o elo que requer a transição dos discentes, da família para a sociedade, portanto, precisa pautar seus objetivos na construção do cidadão crítico e consciente da sua importância, na comunidade escolar. O trabalho mostra que os livros paradidáticos não trazem assuntos pertinentes sobre a cultura Africana, que possa dá um suporte legítimo quanto à valorização do negro na sociedade. Por isso que o negro se sente tão desvalorizado perante o branco, causando desigualdade social e cultural.

Os estabelecimentos de ensino, são frequentados em sua maioria por população negra, contem com acomodações e equipamentos sólidos, atualizados, com professores capacitados no domínio dos conteúdos de ensino, envolvidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de retificar posturas, atitudes e palavras que não impliquem desrespeito e discriminação.

Partindo do pressuposto de que a educação só pode ser compreendida em determinado contexto histórico, torna-se evidente a atenção aos novos rumos a serem perseguidos daqui em diante, considerada a especificidade das mudanças ocorridas na contemporaneidade. Sendo assim a explanação desse estudo, nos propõe a uma viagem ao passado onde tudo poderia ser meramente ilustrativo ou simplesmente sentido na própria pele.

Pelas pistas que possuímos do mundo que espera nossos jovens, só sabemos que será muito diferente do presente, com inevitável mudança de paradigmas. Se melhor ou pior, impossível prever. Apenas precisamos não permanecer como meros espectadores de nossa própria história, mas tomar nas mãos o desafio de construir um novo começo. A população negra é refém do seu próprio preconceito que está enraizado em seus costumes e crenças, deixando de lado a sua aceitação de cor escura.

Se não podemos prever o que poderá acontecer, que sejamos menos egoístas aceitando o que os outros têm para falar sobre Africanidade que está presente no cotidiano de todos. No conjunto, não podemos buscar soluções isoladamente na educação, ou na comunicação, ou em diferentes espaços

culturais. É a dimensão do conhecimento, nas suas mais diversas manifestações, que mudou de forma radical.

O mundo dos intelectuais, da educação, busca incessantemente conscientizar a todos que não existem preconceitos e sim consciência do que é certo ou errado. O ensino em uma visão geral busca dá ênfase na cultura no sentido mais significativo dos que fazem efetivamente a cultura ainda que permaneça bem alheio a uma guerra onde estão se decidindo os destinos de todos que fazem a educação no Brasil.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Racial 2006**. Brasília

BRASIL. **Lei Nº 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003**. Brasília.

CARVALHO, Leandro. Lei 10.639/03 e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. **Brasil Escola**.

<http://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/lei-10639-03-ensino-historia-cultura-afro-brasileira-africana.htm>. Acessado em: 02/02/2016.

http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/434EltonJohn_e_PalomaSilva.pdf. Acessado em: 09/06/2016.

<https://sumidoiro.wordpress.com/category/uncategorized/page/24/>.

Acessado em: 09/06/2016.

<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2011/agosto/aceso-da-populacao-negra-a-educacao-ainda-deixa-a-desejar-segundo-dados>. Acessado em: 09/06/2016.

<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/06042015200658.pdf>. Acessado em 11/06/2016.

<http://stravaganzastravaganza.blogspot.com.br/2011/02/escravidao-negra.html>. Acessado em 09/06/2016.

<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acessado em 18/06/2016

HADDAD, Fernando; SANTOS, Edson. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e

para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. **Ministério da Educação**, 60 p., nov. 2009.

SILVA, Delydia Cristina Cosme e. A inserção da cultura afro-brasileira nos currículos escolares. **Revista Eletrônica Fundação Educacional São José**, Santos Dumont – MG, 8 p.

VIEIRA, Suzane da Rocha. A trajetória do curso de pedagogia - de 1939 a 2006. **Unioeste**, 1º Simpósio Nacional de Educação, XX Semana de Pedagogia, Cascavel – PR, 16 p., nov. 2008.

<http://coloquio.paulofreire.org.br/participacao/index.php/coloquio/viii-coloquio/paper/viewFile/40/264>. Acessado em: 14/06/2016.

<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv3n5/artigo01.pdf>. Acessado em: 14/06/2016.

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/fc6218b1b94b8701032568f50066f926/54a5143aa246be25032565610056c224?OpenDocument>. Acessado em: 14/06/2016.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

DURKHEIM, E. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

STEMPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Carnara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III século XX. Petrópolis, RJ, 2005.